

# Sociedade sem o espaço formal de ensino: Uma reflexão do pensamento de Ivan Illich

Isaque Alves Coimbra da Silva  
Márcia Helena Siervi Manso  
Franklin Noel dos Santos

**Resumo:** O papel da escola na formação de cidadãos é discutido nos dias atuais por diversos autores. Uma proposta de modificação do modelo institucional empregado hoje em dia já tinha sido proposta pelo autor Ivan Illich primeiramente na década de 1970 em seu livro *Sociedade sem Escolas*. Realizamos aqui uma análise da sétima edição de 1985 do livro e recomendamos outro espaço como ambiente de ensino. O museu poderia ser a partir do viés do autor da principal obra utilizada, outro espaço ainda institucional para suprir as necessidades da escola. Realizamos uma breve descrição dos dois espaços e concordamos que a obra de Illich seria uma das primeiras a optar por outro espaço para a educação como uma forma de liberdade das amarras burocráticas das instituições.

**Palavras-chaves:** Escola, Sociedade, Ensino.

## Society without space formal education: A reflection of the thought of Ivan Illich

**Abstract:** The school's role in the formation of citizens is discussed nowadays by several authors. A proposed modification of the institutional model used today had already been proposed by the author Ivan Illich first in the 1970s in his book *Society without schools*. We perform here an analysis of the seventh 1985 edition of the book and recommend another space as a teaching environment. The museum could be from the bias of the author's main work used, yet another institutional space to meet the school's needs. We conducted a brief description of the two spaces and agreed that the work of Illich was one of the first to opt for another space for education as a form of freedom from bureaucratic shackles of the institutions.

**Key-words:** School, Society, Education.

## Introdução

*Ninguém educa ninguém,  
Ninguém educa a si mesmo,  
Os homens se educam entre si,  
Mediatizados pelo mundo.  
(Paulo Freire)*

A escola desenvolve atualmente muitos papéis sociais, incluindo o de formador de cidadão. Integrar a função desse espaço formal de ensino com ambientes não formais é base para alguns projetos de mestrados e



doutorados, como é discutido por Santos e Terán (2013). Ao analisarmos trabalhos que discutem a atribuição de outros espaços, e não somente a escola, para o ensino, é possível identificar o quão recente é, porém, a descaracterização da escola como espaço de formação de pessoas é muito criticado pelo autor Ivan Illich<sup>1</sup> em sua obra *Sociedade sem Escolas*.

Este artigo foi produto de uma pesquisa desenvolvida durante a disciplina História da Educação Brasileira do Mestrado em Ensino na Educação Básica. Busca-se desenvolver aqui algumas reflexões sobre o uso dos Espaços Não Formais e o que já foi discutido por Ivan Illich em sua obra supracitada. O autor Ivan Illich (1985) foi apresentado com uma justificativa de seu discurso político para uma mudança na estrutura da sociedade e a alternativa para um coletivo sem a interferência de estruturas institucionais, incluindo a escola. Associar essa obra com a discussão sobre o uso de Espaços Não Formais de ensino foi o maior motivo para dissertar sobre o autor e principalmente sobre sua obra *Sociedade sem Escolas*.

### **Passos para uma sociedade sem escolas**

O autor Ivan Illich (1985) em seu livro *Sociedade sem Escolas* critica a diferença de aprender e a obrigatoriedade de frequentar uma escola, e como cada um desses valores pode influenciar na formação de um cidadão. Para o autor, a desescolarização é necessária quanto ao *ethos* ou costumes e moral, não apenas ao propósito institucional que essa quebra da escolarização executa em nossa sociedade.

No início de seu texto, o autor assume possibilidade da educação universal ser exercida em outras instituições e não somente na escola. Com base nessa premissa dada por Illich (1985), podemos buscar em autores como Cazelli et al. (2000); Jacobucci (2008); Marandino (2002) e Queiroz et al. (2011) a concordância para comprovação do uso dos Museus, como um

---

<sup>1</sup>IVAN ILLICH nasceu em Viena, em 1926. Estudou Filosofia e Teologia na Universidade Gregoriana de Roma. Obteve o Ph. D. em História na Universidade de Salzburgo. Transferiu-se, em 1951, para os Estados Unidos onde trabalhou como coadjutor numa paróquia de irlandeses e porto-riquenhos, na cidade de Nova York.



espaço não formal de ensino, nos resultados significativos que é possível identificar para o ensino-aprendizagem.

Analisando os autores que descrevem o valor do museu como um espaço de ensino e acima supracitados, podemos considerar que a crítica de Illich pondera os espaços não formais quanto a sua institucionalização. Este autor não deixa explícito em seu texto o uso de espaços não formais de ensino, mas podemos apresentar em seu discurso umas das primeiras características de uma prática não escolar. Queiroz et al. (2011) descrevem que o Espaço Não Formal Não Institucionalizado é todo ambiente que não tem nenhum registro institucional, porém de grande uso educativo. Como exemplo desses espaços tem-se: praças, ambientes verdes, lagos, centros de cidades, entre outros. Assim, concorda com o que Illich (1985) descreve em sua obra como alternativa para a construção do conhecimento. Segundo Queiroz et al. (2011) devemos sempre considerar a criatividade do professor para o uso educativo desses espaços. Como é possível observar, nenhum desses espaços tem limites e regras de funcionamento, sendo assim importante o professor planejar a forma segura da saída da escola e ida até esses espaços. Essa liberdade para o ensino é um dos pontos principais de discussão realizada em todo o texto de Ivan Illich.

Illich (1985) critica o destino do investimento nos Estados Unidos para a educação. Para o autor, o valor de três bilhões de dólares investidos entre os anos de 1965 e 1968 não eram suficientes para atender os seis milhões de crianças em idade de frequentar a escola. Essa aquisição para a Educação não seria somente para o ensino, dentro desse orçamento seria necessário investir em maquinário escolar, livros didáticos, pagamento de tutores e manutenção do espaço físico. O que o autor ressalta ao longo de toda sua obra é a obrigação que essa criança tem de frequentar a escola para ser considerado um cidadão pensante.

O gasto elevado para a manutenção desse espaço formal e institucionalizado não teria o retorno necessário. Illich (1985) ainda analisa quanto as diferentes formas que a escola atua para embaçar a percepção do



estudante quanto à compreensão das diferenças entre, ensino e aprendizagem, graduação e educação, e diploma e aptidão.

Ivan Illich (1985) caracteriza a ação que o estudante rico e o pobre têm dentro de uma mesma escola e com igual oportunidade de ensino. A igualdade não é existente, pois o aluno com a condição financeira melhor terá sempre, por exemplo, um tratamento mais aceitável para os materiais escolar e o aluno de baixa renda sempre dependerá da escola para a sua progressão social. No livro aqui analisado podemos perceber a crítica feita também quanto à diferença existente para o uso do ensino escolar na prática do cidadão, sendo esse formado ou não. Na década de 1980, países considerados pobres que não tiveram tanto retorno na educação, continuaram a crescer economicamente. O fato de haver uma elevada porcentagem de evasão escolar não dificultou a inserção desses alunos evadidos no mercado de trabalho. Essa troca não era tão possível nos países desenvolvidos, esses optavam por inserir os cidadãos com maior tempo de escola para seu grupo de trabalho.

A percepção de Ivan Illich (1985, p. 22) atinge níveis socialistas quando ele analisa um discurso de Fidel Castro em 1980, onde o governante de Cuba promete acabar com as Universidades do país, uma vez que toda a sociedade teria “uma experiência educacional”. Porém esse discurso não se tornou prático e não ocorreu o fechamento das instituições de ensino, agindo também como outros países da América Latina no controle de idade escolar.

Nos Estados Unidos, em 1970, o investimento destinado para a educação se equiparava com o que era designado para a saúde, porém ambos obtiveram nos anos seguintes um péssimo desempenho. Chegando ao ponto do Presidente Richard Milhous Nixon, em uma forma desesperada, prometer que as crianças, antes de abandonarem as escolas, teriam o direito de ler. Sendo assim, o próprio governante já considerava alto índice de evasão escolar e queria acrescentar a esses alunos o que ele considerava digno.

O psiquiatra que tratou o Presidente durante seu período inóspito, antes do fim do mandato, aconselhou ao governante uma análise nas crianças para verificar possíveis tendências psicopáticas. Quando esse fator fosse



identificado, a mesma deveria receber uma educação separada. Para o autor essa atuação afetiva não condizia com a incoerência das atitudes do presidente, no que diz respeito ao controle da educação e o manuseio do poder.

O alcance da igualdade só seria possível com quebra do monopólio da escola. Para não haver esse ritual de obrigatoriedade para todos é necessário, segundo Illich (1985, p. 26):

[...] uma lei que proíba toda discriminação na contratação empregatícia, nas eleições, na admissão a centros de aprendizagem baseados na prévia frequência a determinado curso. Isto não excluiria a aplicação de testes de qualificação para o exercício de algum papel ou função, mas eliminaria a absurda discriminação atual em favor das pessoas que obtiveram determinada habilidade à custa de maiores somas do erário público, ou — caso bastante semelhante — que conseguiram um diploma que não tem relação nenhuma com qualquer emprego ou trabalho concreto.

O que o autor descreve acima é que a escolarização não promoveria nem a aprendizagem e nem a justiça, uma vez que, o diploma ainda funciona como uma comprovação de instrução e desconsidera todos os que não o possui. A instrução, nesse requisito, só era oferecida a quem se dispunham a seguir as regras da escola. De tal modo, Illich (1985, p. 26) descreve que a obtenção de um diploma funciona também como uma seleção de castas, assim para designar um “posto social”.

Outro engano em relação à escolarização é considerar que apenas a escola é a responsável pela educação. O autor descreve que os espaços não considerados formais de ensino também são responsáveis por uma educação, quando seu uso é feito de forma organizada. Vale ressaltar aqui que não estamos determinando o modo correto ou errado de trabalhar nesses espaços e sim uma maneira de aproveitar melhor esses recintos. O autor Illich (1985) não exemplifica quais são os espaços fora da escola de poderia ser viável para a educação não formal, porém é possível determinar pelas características das alternativas dadas por Illich, qual é a forma mais aproximada dessa pedagogia.

Maria da Glória Gohn (2010) descreve em seu livro *Educação Não Formal e o Educador Social*, qual é a definição para esse tipo de ensino, que



ainda só é aceito se atribuído ao que é formal e normatizado pela escola. Para isso a autora determina que a Educação Não Formal torna-se um complemento do que é Formal. Gohn (2010) define que o Espaço Não Formal, com seu Ensino Não Formal, ofereceria uma educação alternativa para os que não acompanham as normas, rotinas e horários da escola comum. Esse espaço comum não saberia lhe dar pessoas fora das idades requeridas para estudar, algo.

Illich (1985) critica quanto ao período para cumprir a meta etária dada pelo governo e por isso há necessidade de um método diferente para a Educação de Jovens e Adultos (E. J. A.). Outra utilização desse espaço é com os alunos que não se enquadram no sistema escolar regular, algo que foi colocado por Illich (1985) ao descrever a metodologia que o Psiquiatra do Presidente Nixon tentou para controlar os possíveis problemas com crianças nos Estados Unidos.

Segundo Gohn (2010, p. 39-40), o acompanhamento necessário da instituição educacional comum, para que a educação não formal ocorra, não impede que essa tenha alguns objetivos mais amplos, como por exemplo:

[...] a formação de um cidadão pleno, mas ela tem também a possibilidade de desenvolver alguns objetivos que lhe são específicos, via a forma e espaços onde se desenvolvem suas práticas, a exemplo de um conselho ou a participação em uma luta social, contra as discriminações, por exemplo, a favor das diferenças culturais etc. Resumidamente podemos enumerar os objetivos da educação não formal como sendo: Educação para cidadania que incorpora a Educação para justiça social; Educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais etc.); Educação para liberdade; Educação para igualdade e diversidade cultural; Educação para democracia; Educação contra toda e qualquer forma de discriminação e Educação para manifestação das diferenças culturais.

Ivan Illich (1985) já descrevia em sua época alguns dos termos para a Educação Não Formal que apresentamos na atualidade. Ele fazia uma análise, mas ainda não definia ou utilizava os termos que conhecemos hoje em dia. A crítica mais rígida que o autor faz é quanto à atribuição à escola para a educação que o aluno teria fora desse espaço, por exemplo, quando a criança aprende a língua falada pelos seus pais, essa aprendizagem é espontânea e



não há necessidade da interferência da escola para que ocorra. O que o autor descreve que a aprendizagem ocorreria de forma natural mesmo sem a intervenção da escola. Porém, para o autor, mesmo a aprendizagem que ocorre por subprodutos de outras atividades e aquelas que ocorrem de forma planejada necessitam apresentar um aperfeiçoamento em sua estrutura.

Illich (1985) traz uma análise de duas aprendizagens que deveriam ter a mesma consideração em nossa sociedade. A aprendizagem da escola, onde o cidadão aprende a ler ou escrever, aprende álgebra, programação em computadores e análises químicas. Para isso, porém, o cidadão pode aprender em contato com a sociedade as habilidades manuais, como carpintaria, eletricitista, concerto de eletrodomésticos, direção de carro e dança. Segundo o autor, o que se aprenderia na escola não seria suficiente para comparar com o que é visto socialmente, por exemplo, um estudante de arte não teria a mesma desenvoltura e habilidade que um grande artesão que nunca frequentou a academia. A apresentação de qualquer modelo de aprendizagem mais livre tornaria algo ofensivo para quem defende um currículo mais tradicional. Para isso também, não devemos considerar a escola como um ambiente somente prático. Illich (1985) ao insistir em uma sociedade sem escolas defende também um espaço menos curricular.

### **Tendências pedagógicas nos espaços não formais de ensino**

Paulo Freire (1991) apresenta em sua obra, *A educação na Cidade*, que o espaço formal com sua estrutura comum não é suficiente para a efetivação de um ensino. O autor descreve a ausência de um espaço estruturado para que a educação flua. O livro *A educação na Cidade* é uma crítica do período de 1989 a 1991 em que Paulo Freire trabalhou na Secretaria da Educação da Cidade de São Paulo.

A partir da análise das obras podemos perceber que o texto de Illich (1985) direciona para o que é observado nas características da Tendência Pedagógica Progressista Libertadora que Luckesi (2005) apresenta como proposta de Paulo Freire. Assim como é apresentado na epígrafe desse artigo, Paulo Freire (1995, p. 39) cita em sua obra *Pedagogia do oprimido* que



“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Essa citação pode ser base para analisarmos a importância de uma educação sem vínculo com espaço formal.

Luckesi (2005) define em seu texto as tendências teóricas existentes, para isso podemos atribuir às ideias de Illich (1985) como o que Paulo Freire já apresentava como uma Educação Crítica. Segundo historiadores, Paulo Freire não recebeu a alfabetização por meio das escolas e sim pela sua mãe em casa. A ideia de uma desescolarização da sociedade de Ivan Illich também poderia ser aceita por Freire, principalmente por ter em seu histórico de vida uma independência da escola para que houvesse a alfabetização. Lembramos que não houve para o Filósofo brasileiro a Instituição formal, porém a presença de uma instrução foi necessária.

O autor Ivan Illich cita em sua obra a importância que Paulo Freire ofereceu para o ensino sem uma idade definida e afirma (1985, p. 33):

O professor brasileiro Paulo Freire [...] descobriu que qualquer pessoa adulta pode começar a ler em questão de 40 horas, se as primeiras palavras que decifrar estiver carregado de significado para ela. Paulo Freire faz com que os “alfabetizadores” se desloquem para algum lugarejo e descubram palavras que traduzam assuntos importantes e atuais, como seja, o acesso a um açude ou as dívidas para com o patrão. À noite os moradores se reúnem para discutir essas palavras-chave. Começam a perceber que cada palavra permanece no quadro-negro mesmo depois que o som dela haja desaparecido. As letras continuam a revelar a realidade e a torná-la manejável como um problema. Constatei muitas vezes como os participantes dessas discussões cresciam em consciência social enquanto aprendiam a ler e a escrever. Parecia que tomavam a realidade em suas mãos quando a escreviam no papel.

A partir do que é observado ao final da citação acima apresentada, podemos constatar que os cidadãos que receberam a alfabetização pelas mãos de Paulo Freire viram em seu contexto social uma modificação. Estar mais próximo do que é comum para todos se torna um motivo de igualdade e justiça para os não tiveram acesso à educação no período que é proposto pela escola. Esse movimento mais crítico foi um dos fatores para que o filósofo brasileiro saísse do Brasil. A atuação das pesquisas de Paulo Freire no Brasil no período da Ditadura Militar tornou-se um risco para o pedagogo. Pela sua



ação crítica, as pesquisas de Paulo Freire tiveram que ser interrompidas por um tempo e só retornaram quando terminou o regime militar no país.

Cazelli et al. (2000) também apresenta o que é definido pela citação supracitada. Os autores definem que a aproximação professor-aluno foi o motivo fundamental para um melhor ensino para essa tendência. Porém, isso ainda considera o espaço formal institucional e quando não o considera ainda há a intervenção do estado para que a instrução ocorra segundo o que proposto pelo currículo do governo. Segundo os autores essa tendência obteve adeptos em muitos outros países.

### **Características do espaço formal e institucionalizado de ensino: escola**

Illich (1985) inicia a análise desse novo capítulo, apresentando questões sobre a história da escola, como teria sido os primeiros estabelecimentos e se esses ofereciam o mesmo desempenho que temos atualmente. Quando iniciamos qualquer pesquisa histórica sobre o que o autor apresenta, deparamos com a mesma dúvida que ele expõe, Quando a escola ficou responsável pela educação? Em que momento uma reunião em algum lugar da Grécia Antiga, por exemplo, pode ser definido como escola? A definição de escola dada por Illich (1985) é de “um processo que requer assistência de tempo integral a um currículo obrigatório, em certa idade e com a presença de um professor”.

O que Illich (1985) delinea como métodos de organização de uma escola considera a idade do aluno, ou seja, para as primeiras séries do ensino fundamental temos crianças de seis e sete anos com a frequência obrigatória, algo que o autor critica como a única alternativa para a criança, o aprendizado para elas só ocorre na escola. Outro fator que o autor cita é o controle da presença em sala de aula e a supervisão nunca ausente, ou recomendável, do professor nesse espaço. Para o autor, ainda existe o fato de que muito do que as crianças aprendem não foi executado na escola, assim existem ainda aqueles que nunca tiveram acesso ao colégio e professores. Sendo assim o contato social foi o único responsável por essa educação e não uma instituição de ensino.



Illich (1985) descreve os modelos de professores como mais uma das características primordiais da instituição escola. O primeiro é o “professor-guardião”, esse sempre vai seguir um modelo já programado. Qualquer saída para uma aula em espaço não formal é considerado ruim, sendo fora currículo e não seguindo as normas dele. O segundo é o “professor-moralista”, se considera acima de tudo, religião, família e até perante os outros componentes da sociedade. Considera o responsável de instruir o que é certo e errado. Por último, o “professor-terapeuta”, esse se considera próximo ao aluno para orientá-lo no que for necessário, ouvir suas reclamações e aconselhar e apoiar o aluno. Seguindo o que Illich (1985) apresenta em sua obra, os três modelos de professores poderiam ser substituídos por outros cidadãos civis.

Ainda sobre modelo de instituições, Ivan Illich descreve como seria uma escola que iniciaria desde a base com a transformação, sendo assim, segundo o autor, o sujeito que ocupasse uma nova posição social e que não tivesse a em seu histórico educacional a obrigatoriedade e o controle por parte dos professores, estaria disponível para estabelecer novos modelos de instituições, sendo essas, uma nova escola ou uma nova universidade.

Quando afirma no início do seu texto, a importância da quebra do que apresentamos instalado em nossa sociedade como padrão de escola, Illich (1985) apresenta os principais mitos e valores que devem ser dissolvidos para que o processo de desescolarização funcione. Descreveremos aqui esses fatores. O primeiro é o de que aprendemos a ser escolarizados e não acreditamos em outra instituição, se não a escola, para nos fornecer a essa instrução. Somos instruídos a sempre acreditar em algo que segue um modelo ou até mesmo um currículo, onde é dividido por blocos tudo o que é quantificável. Um modelo de currículo é considerado válido para todas as escolas, assim podemos verificar o que não seria avaliado de forma correta quando temos em uma mesma cidade vários fatores sociais diferentes, imaginamos considerar isso a nível nacional. O exemplo mais clássico desses materiais pré-fabricados é o livro didático. Temos em nosso país o Programa Nacional do Livro Didático. Esse programa reformula a cada quatro anos um novo material didático, assim Ivan Illich cita, e podemos concordar que o livro



didático é considerado um produto perecível e não serve para o uso depois dessas renovações programadas.

Ainda sobre as características da Instituição, vemos que, segundo Illich (1985) a escola não é a única responsável por confundir os alunos. Para o autor, currículo familiar, a obrigação de serviço militar e os meios de comunicações também teriam o mesmo papel. O que é discutido pelo autor também pode ser explicado pelo impacto que é gerado na sociedade quando qualquer instituição de ensino, por exemplo, entra de greve. Esse protesto pode até causar certo movimento, porém não gera tanto desconforto social quanto outras instituições.

A escola funciona apenas como um ambiente de controle. Os amigos que conhecemos na época da escola são somente aqueles que nos são apresentados em sala de aula. A construção de um relacionamento além da escola seria o início de uma quebra desse costume. Illich (1985) expõe em seu texto a maneira que o estudante passa a ser recebido pela sociedade. Um aluno agora passaria a se apresentar como estudante, sua função na sociedade é de aprender e outros com a mesma faixa etária que não tiver exercendo o mesmo são visto como criminosos.

A edição do livro de Ivan Illich que utilizamos para essa análise é de 1985, quase uma década antes de ser sancionada a Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Para a Lei 9394/96, temos alguns conceitos que o autor já citava em sua obra, como por exemplo, a educação ser dever, primeiramente da família. O que tínhamos antes é a escola como a responsável pela educação e o Estado ficando apenas em segundo lugar. Segundo a lei, a escola seria fundamental para “O preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Illich (1985) já apresentava em sua obra um pensamento crítico, não sendo obrigação das escolas formarem funcionários de empresas. Descrevemos até aqui quais são as características da escola como instituição, porém devemos destacar também, quais são os direitos dos alunos e os deveres do estado quanto à educação. Para isso temos, já com algumas modificações realizadas recentemente, o que a Lei 9394/96 (Brasil, 1996, p. 44-45) propõe:



- I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma:
  - a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).
  - b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).
  - c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).
- II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).
- III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).
- IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- [...]
- X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Percebemos a partir da citação supracitada que o Estado, sendo o responsável pela educação, deve de qualquer maneira resolver os problemas que poderiam dificultar a entrada e permanência dos alunos na escola. Para isso deve ser considerada a adaptação e acessibilidade, algo que em 1985 não era discutido com tanto vigor.

Percebemos que, algumas propostas do autor descritas ao longo do texto, são vista aos poucos como acessível, porém ainda sonhadora. Pela edição do livro que foi escrito, alguns dos itens citados abaixo já podem ser considerados ultrapassados, porém a sugestão Illich (1985, p. 94-95) em seu teor e sua finalidade, continua sendo imaginável:

Se as metas de aprendizagem não mais fossem dominadas pelas escolas e professores escolares, o mercado para os aprendizes seria bem mais variado e a definição de “artefatos educativos” seria menos restritiva. Poderia haver lojas de utensílios, bibliotecas, laboratórios e salões de jogos. Os laboratórios fotográficos e as impressoras *offset* permitiriam o florescimento de jornais da vizinhança. Alguns desses centros educativos poderiam ter cabines de televisão de circuito fechado; [...] Os clubes de cinema competiriam entre si e com a



televisão comercial. As saídas dos museus poderiam ser redes de exposições circulantes de obras de arte, antigas e novas, originais e reproduções, talvez administradas pelos museus metropolitanos. O pessoal necessário para esta rede deveria ser constituído de guardas, guias de museu e bibliotecários, mas não professores. Uma loja de biologia, situada numa esquina qualquer, poderia encaminhar os visitantes interessados a uma coleção de conchas no museu ou indicar a próxima apresentação de vídeo-tapes em determinada cabine de televisão. Poderiam fornecer guias para controle de pestes, dietas e outras espécies de medicina preventiva. Poderiam encaminhar pessoas necessitadas de aconselhamento a “adultos” que estariam capacitados a proporcionar-lo.

A partir do que é proposto pelo autor, podemos perceber que mesmo nos anos de 1980, Illich (1985) considerava a acessibilidade. Muito antes de se tornar um dos pontos de discussão da educação. O autor preza para que qualquer ponto de educação que apresente o que é exposto no trecho supracitado deve considerar o preço do material e o acesso deve ser comum a todos. Um exemplo disso é a montagem de jogos ou “artefatos educativos”, pois funcionariam como instrumentos baratos para a promoção da liberdade educacional. O autor apresenta ideias para a promoção de oportunidades de forma igual para todos. O acesso a recursos, que esse cita apenas como exemplo a televisão, que nos dias atuais podem ser substituída pelo computador. Não devemos esquecer ainda que o conhecimento nesse caso é moeda de partilha e não de troca ou venda.

O autor Ivan Illich expõe que para haver qualquer mudança de promoção da desescolarização, devemos considerar sempre o poder político. Segundo Illich seria inocente pensar que pequenas mudanças fariam grandes diferenças. Uma proposta de tamanha grandeza afetaria diretamente outros órgãos da sociedade, isso seria um dos motivos para que essa mudança não ocorra de forma mais simples ou acessível.

Uma das sugestões dada por Ivan Illich (1985, p. 89) para o processo de desescolarização é a montagem de um banco de “Intercâmbio de Habilidades”. Esse banco funcionaria com um credenciamento de pessoas e essas estariam ligadas a outras com o mesmo propósito. A partir de nosso entendimento, podemos exemplificar como, uma pessoa que deseja aprender sobre a história do carro teria disponível no banco de informações dados postulados por outro



indivíduo que já detém esse conhecimento. Assim, ambos estariam conectados por essa parceria. Analisando essa parte do texto podemos perceber uma intenção autor em tornar o mundo mais próximo. Hoje em dia essa montagem de intercâmbio é realizada em todo o mundo e o acesso pela internet aproximou a todos com *sites* e páginas *online* que apresentam um conteúdo para o navegante escolher.

Illich (1985) discute ainda sobre as principais críticas em sala de aula, principalmente no relacionamento professor-aluno, que não deveria ser restritos a uma disciplina ou aula. Além também do gasto com processos burocráticos como a chamada para certificar a presença dos alunos e com isso a obrigação da presença desses em sala de aula. A montagem de planos de aulas também é visto como um desperdício de tempo. O autor apresenta suas críticas como uma forma de liberdade, chegando ao de que em certo momento propor o uso do espaço escolar quando esse não for mais útil para a educação, não havendo uma forma de comercializá-las, comparando com algumas igrejas após a deserção dos fiéis.

Algumas dúvidas podem surgir ao pensarmos da mesma maneira que o autor propõe. Estariam alguns alunos desmotivados ou desinteressados por causa do professor? Seria a frustração do professor, quanto profissional responsável por formar cidadãos não bem recompensado, descontada nos alunos? E por último, haveria outro ambiente de ensino se não a escola? Algumas dessas perguntas precisam de maior pesquisa para respondê-la, porém a última é de fácil análise e resposta. Sim, há mais espaços de ensino além da escola, ainda não são considerados formais, ou seja, sua função principal não é essa. Um dos espaços de ensino não formal que pode ser exemplificado é o museu. Abaixo ousamos fazer uma breve caracterização deste e como seria a aproximação de seu uso e a análise de Ivan Illich.

### **Características do espaço não formal e institucionalizado de ensino: museu**

A concepção de museu surgiu na França por volta de 1780, nesse período ainda monárquico, Borges (2011) cita que os nobres colocavam a disposição da população os bens do clero e prever assim que “[...] os museus



dos gloriosos arquivos da humanidade” tiveram seu início. O autor ainda destaca a evolução que aconteceu nos museus, desde a exposição de materiais antigos e raros, onde tudo deveria ter uma proteção, e não havendo a interação do visitante, até os museus modernos que existem no Japão, onde a inovação tecnológica é a precursora da educação e o ensino fora do âmbito escolar. Para esses espaços mais modernos a interação é muito mais presente e o espaço não serve apenas como um “templo de musas” e sim como um ambiente de constante aprendizado. Illich (1985) também cita que em sua época havia controle sobre tudo que é feito com peças valiosas, para o autor, o acesso deveria ser de forma comum e para todos os públicos.

Valente, Cazelli e Alves (2005) descrevem que o Museu Nacional do Rio de Janeiro foi o primeiro fundado no Brasil. Segundo os autores, durante o século XIX constituiu-se a primeira instituição brasileira dedicada primordialmente à história natural. Além disso, esses esclarecem que a criação do Museu Nacional, integrou um programa de modernização do país iniciado pela vinda da família real portuguesa, essa modernização era vista com maior êxito pelos europeus e principalmente os portugueses, pois, o museu era símbolo de urbanismo, civilização e progresso. Valente, Cazelli e Alves (2005) ainda mencionam sobre as mudanças marcantes que os museus de ciência vêm sofrendo na sua compreensão de acessibilidade pública, por exemplo, antes os visitantes desses espaços tinham uma concepção de que esses ambientes eram apenas meros armazéns de objetos, ou seja, os objetos eram expostos, mas sem haver nenhuma interação com o visitante. Diferente do que é citado por Borges (2011) para os museus japoneses.

Sendo assim, Marandino (2002) coloca que os museus de ciências têm sido cada vez mais percebidos e valorizados como locais importantes para o desenvolvimento da educação não formal em ciências, ampliando o contato do aluno com os espécimes que muitas vezes são vistos somente nos livros didáticos. A disponibilidade desses espaços não formais para que professores possam trabalhar e integrar as aulas ministradas na escola com atividades nesses espaços tornam-se cada vez mais comum, pois se configura como mais um instrumento no processo de ensino aprendizagem do aluno. Seguindo a



ideia de Illich (1985) a acesso a esses ambientes deveriam ocorrer muitas vezes sem a intervenção dos professores. O aluno pelo seu próprio interesse passaria a visitar esses espaços. Assim, a aprendizagem ocorreria sem o intermédio de uma instituição de ensino, mas não deixando de ser um órgão do governo.

Essas mudanças com relação aos métodos de aula têm que partir do próprio professor como Cachapuz et al. (2005, p.10) defendem que “[...] para uma renovação no ensino de ciências precisamos não só de uma renovação epistemológica dos professores, mas que essa venha acompanhada por uma renovação metodológica de suas aulas”. Dessa forma, conhecemos o museu como um espaço de parceria com a escola e que o professor o utilize como extensão da sala de aula, desvinculado o museu da ideia de “passeio” como se fosse a um dia de lazer. Porém Illich (1985) complementaria dizendo que se o espaço seria utilizado com o controle do professor, uma parte do ambiente poderia ser menos valorizada ou dada uma importância excessiva.

Santos e Terán (2013) destacam a importância da escola para a formação do cidadão crítico e a dificuldade para a compreensão da dimensão real sem o contato mais próximo. Assim os autores citam a colaboração da escola com outras instituições e espaços como possibilidade de ampliar a educação escolar. O que Illich (1985) critica como algo que a escola não deveria ser responsável, além do permitido, Santos e Terán (2013) citam como algo essencial para a instituição.

O acesso de um aluno a outras instituições é algo que Illich (1985) menciona como essencial. Conhecer um espaço além da sala de aula é uma das maneiras de incentivar nesses alunos a aprendizagem além do que é ministrado pela escola. O autor cita isso como “habilidades” e essas seriam muito bem trabalhadas fora do Espaço Formal de Ensino. O autor cita Tomás de Aquino quando propõe uma educação onde a forma de ensino seja sempre “um luxo para o professor e uma forma de lazer (em grego *schole*) para ele e seu aluno”. Para isso deve ser uma proveitosa atividade para ambos, não tendo interesses subsequentes.



## Algumas considerações finais

Seria o livro de Ivan Illich um dos primeiros a tratar o conteúdo de ensino fora do âmbito escolar? Seria a obra desse autor um dos princípios para os estudos dos Espaços Não Formais e Não Institucionalizado no século XXI? Essas questões são levantadas ao findar dessa pesquisa e necessitaria de um aprofundamento maior, mas já tendo de antemão que pode ser um dos autores essenciais para a discussão sobre o trabalho em Espaços Não Formais e Não Institucionalizado. A crítica que é levantada pelo autor pode ser justificativa para a proposta de mudanças nos dias atuais.

Durante a análise da obra, em uma das discussões realizada pelo autor, é apresentada luz de uma inicial transformação da Educação nos anos 1980. A proposta de intervenção na cidade, com de exposições de artes e ciências, já considerava todos os pontos de acessibilidade que discutimos nos dias atuais. Além da crítica rígida, o autor apresenta ideias bem à frente de seu tempo.

A Tendência Pedagógica Progressista Libertadora, que atribuo ao que é caracterizado no uso de um Espaço Não Formal de Ensino, também pode ser um dos pontos constitutivos da teoria para uma modificação social proposta por Ivan Illich em sua obra. O que Paulo Freire determina como uma educação livre e “Ninguém educar ninguém” podem ser atribuídos ao que Ivan Illich defende como uma educação sem interferência de qualquer instituição.

A crítica de Ivan Illich com as metodologias abordadas nas Escolas ainda podem ser discutidas como justificativa para a utilização dos Espaços Não Formais de Ensino. O que autores concordam na atualidade somente como complemento de um Espaço Formal de Ensino.

Sendo assim, observando no viés de proposta de mudança na estrutura curricular e quebra de vínculo institucional, considera-se o livro “*Sociedade sem Escolas*” como um dos primeiros a apresentar uma sugestão do uso dos Espaços Não Formais e Não Institucionais de Ensino para a educação e formação de cidadão.



## Referências

BORGES, Maria Eliza Linhares. (org.). **Inovações, coleções, museus**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96**. Brasília, MEC/SEMTEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 06 de julho de 2016.

CACHAPUZ, António et al. **A necessária revolução do ensino de ciências**. São Paulo: Cortez, 2005.

CAZELLI, Sibeles et al.. Tendências pedagógicas das exposições de um museu de ciência. Museu de Astronomia e Ciências afins. In: II ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. p. 1-12. 2000.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. **A educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. **\_. Educação e mudança**, v. 18, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, p. 22-45, 2010.

ILLICH, Ivan. **Sociedades sem escolas**. 7. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985. 127p.

JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. **Contribuições dos espaços não formais de educação para a formação da cultura científica**. Em extensão, Uberlândia, v.7, 2008.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: \_\_\_\_\_. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2005.

MARANDINO, Martha. A biologia nos museus de ciências: a questão dos textos em bioexposições. In: **Ciência & Educação**. 187-202. 2002.

QUEIROZ, Ricardo Moreira et al. A caracterização dos espaços não formais de educação científica para o ensino de ciências. **Revista Areté: Revista Amazônica de Ensino de Ciências**, v. 4, n. 07, p. 12-23, 2011.

SANTOS, Saulo César Seiffert; TERÁN, Augusto Fachín. O uso da expressão espaços não formais no ensino de ciências. **Revista Areté: Revista Amazônica de Ensino de Ciências**, v. 6, n. 11, p. 01-15, 2013.

VALENTE, Maria Ester; CAZELLI, Sibeles; ALVES, Fátima. Museus, ciência e educação: novos desafios. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 12 (suplemento), p. 183-203, 2005.



**Isaque Alves Coimbra da Silva**

isacalves-coelho@hotmail.com

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, Universidade Federal do Espírito Santo.

**Márcia Helena Siervi Manso**

marcia.manso@ufes.br

Doutorado e Mestrado em Educação, Especialização em Psicopedagogia, Graduação em Pedagogia. Professora Adjunta no Departamento de Educação e Ciências Humanas - CEUNES da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, Universidade Federal do Espírito Santo.

**Franklin Noel dos Santos**

tornus@gmail.com

Pós-Doutorado em Oceanografia, Doutorado em Biologia, Mestrado em Oceanografia e Graduação em Ciências Biológicas. Professor Adjunto no Departamento de Educação e Ciências Humanas - CEUNES da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica.

Recebido em: 15.09.2016

Aprovado em: 04.11.2016

